

# GOVERNO ABERTO RECOMENDA

Diretrizes para a Promoção da  
**Acessibilidade Digital**



Governo Aberto na  
Cidade de São Paulo



CIDADE DE  
**SÃO PAULO**

# SUMÁRIO



**01** Apresentação

**02** Introdução

**03** Promoção da Acessibilidade PMSP

**04** Como promover a acessibilidade digital?

**07** Fatores de Sucesso

**08** Desafios

**09** Conclusão

**10** Anexos

**12** Ficha técnica



# Apresentação

A equipe de [Governo Aberto](#) tem como responsabilidade a promoção da abertura do governo municipal aos cidadãos. Para isso, engaja os servidores públicos municipais de todos os órgãos públicos na promoção da transparência, participação social, prestação de contas, tecnologia e inovação.

Sendo assim, a Coordenadoria de Governo Aberto (CGA) elabora documentos norteadores voltados para os servidores públicos, explorando temáticas relevantes para a promoção dos pilares de Governo Aberto no município através da coleção [“Governo Aberto Recomenda”](#). Este segundo volume da coleção aborda o processo de implementação da **Acessibilidade Digital**, feito em parceria com a [Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência \(S M P E D\)](#).



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
CASA CIVIL



# Como a Acessibilidade Digital é promovida na Prefeitura de São Paulo

Atualmente, a principal coordenadora das políticas relacionadas à promoção da acessibilidade digital em São Paulo é a **Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (S M P E D)**, através da **Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA)**.

A CPA é um órgão da Prefeitura de São Paulo fundado em 1996 e que tem papel consultivo e deliberativo nos assuntos da acessibilidade e do desenho universal. A CPA atua em um formato de colegiado composto por representantes de diversas secretarias, órgãos de governo e da sociedade civil, tendo como missão eliminar as barreiras de acessibilidade arquitetônica, de transporte e de comunicação.

Em 2005, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (S M P E D) foi criada. Posteriormente, a CPA, originalmente dentro da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), passou a fazer parte da S M P E D.

Em 2018 foi lançado oficialmente, no âmbito da CPA, o principal instrumento de acessibilidade digital na Prefeitura de São Paulo, o **Selo de Acessibilidade Digital**, tendo como missão certificar sites públicos e privados em relação à acessibilidade de seus respectivos conteúdos.

## Qual é a legislação aplicável?

No âmbito nacional as legislações brasileiras sobre acessibilidade de maior destaque são a [Lei nº 10.098/2000](#) (que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade nos espaços públicos, no mobiliário urbano, em edifícios e nos meios de transporte e de comunicação) e a [Lei nº 13.146/2015](#) (que institui a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, destinada a assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades da pessoa com deficiência).

Já no âmbito municipal temos como impulsionadores da acessibilidade digital o [Decreto nº 58.997/2019](#) (que regulamenta o Selo de Acessibilidade Digital do município de São Paulo) e a [Portaria nº 28/S M P E D-GAB/2019](#) (que regula e estabelece critérios e procedimentos necessários para a concessão do Selo de Acessibilidade Digital).

# Como promover a acessibilidade digital?

## Selo de Acessibilidade Digital

O Selo de Acessibilidade Digital, criado em 2018, reflete a importância e a obrigatoriedade de se promover a acessibilidade digital nos sites e portais da administração pública municipal. De acordo com o art. 63 da LBI, se torna compulsório a acessibilidade digital nos sites de órgãos governamentais. Nesse sentido, o Selo de Acessibilidade Digital visa disseminar a acessibilidade nos meios digitais, buscando trazer maior efetividade à LBI. Importante salientar que o Selo pode ser requerido tanto pelos órgãos da administração pública quanto por empresas do setor privado.

Para obter o Selo, o requerente (órgão público, pessoa jurídica privada ou pessoa física) deve cumprir as recomendações da versão mais atualizada do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, disponível no site do [Governo Federal](#).

Há dois requisitos principais para a disponibilização do Selo para o requerente:

- a) Obter percentual de aderência às recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico de, no mínimo, 95%, de acordo com relatório gerado pelo Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios – [ASESWEB](#)
- b) Cumprir totalmente com a lista de verificação para análise manual de acessibilidade em portais e sítios eletrônicos, disponível para download em: [SMPED-GAB nº 28/2019](#).

Para saber mais sobre o Selo de Acessibilidade Digital (incluindo os requisitos e documentos para solicitar o serviço) acesse o [site da S M P E D](#).

# Curso de Acessibilidade Digital e Comunicacional

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência oferece três cursos online sobre acessibilidade, em diferentes temas: o **Curso de Educação Continuada e Certificação em Acessibilidade**, o **Curso de Calçadas e Vias Exclusivas para Pedestres**, e o **Curso de Acessibilidade Digital e Comunicacional**. Este último curso é um pilar importante para a promoção da acessibilidade, pois permite a capacitação de profissionais das áreas de tecnologia e comunicação em acessibilidade digital. O curso é online, com aulas expositivas, permitindo inscrições tanto de profissionais internos quanto externos à gestão municipal. O curso é dividido em duas aulas, uma sobre conteúdo e outra sobre o Selo de Acessibilidade Digital e como validar os sites. As inscrições e demais informações dos cursos estão disponíveis no [site da S M P E D](#).



# Boas práticas de acessibilidade

A acessibilidade digital também pode ser promovida através de boas práticas em relação à disponibilização do conteúdo em sites, assim como o uso de ferramentas para melhorar a acessibilidade e usabilidade do site em questão. Entretanto, estas boas práticas devem ser implementadas a partir de um bom alinhamento entre os produtores de conteúdo e os desenvolvedores dos websites, a fim de implementar a acessibilidade de forma regular e com fácil manutenção.

Entre as boas práticas de design e de conteúdo aplicáveis, podemos citar as seguintes:

- Adicionar descrições para todo conteúdo digital não textual (como fotos, ilustrações, gráficos e tabelas);
- Evitar o alinhamento centralizado ou justificado de textos, preferindo usar textos alinhados somente à esquerda;
- Adicionar legendas e audiodescrição nos vídeos sempre que possível
- Usar janela de Libras nas mídias digitais (com tradutor-intérprete no caso de vídeos e avatar digital no caso de textos em sites);
- Usar textos com estruturas mais simples, com frases e parágrafos curtos, ordem direta e voz ativa, evitando usar termos pouco usuais;
- Usar contraste de cores que facilitem a leitura do conteúdo;
- Identificar o destino dos hiperlinks dentro do texto, usando termos como “acesse o site (nome do site)” ao invés de expressões como “clique aqui”.

Para outras boas práticas e dicas de acessibilidade digital, acesse a seção [“Para saber mais”](#) deste guia, que contém sugestões de leitura sobre este tema.

# Fatores de Sucesso

Alguns pontos podem ser entendidos como fatores de sucesso na acessibilidade digital no âmbito da Prefeitura:

- Criação e manutenção do Selo de Acessibilidade Digital enquanto iniciativa que promove e publiciza a acessibilidade digital, tanto na administração pública quanto na privada:
  - Atualmente, todas as Secretarias e as 32 Subprefeituras de São Paulo possuem o Selo em seus respectivos portais de internet, além de 21 sites de empresas e instituições não-governamentais. Confira todos os sites que receberam o Selo de Acessibilidade Digital no [portal da S M P E D](#).
- Apoio de associações e órgãos públicos ao Selo de Acessibilidade Digital
  - Conheça as entidades que assinaram a Declaração de Apoio e Difusão Institucionais ao Selo de Acessibilidade Digital no [portal da S M P E D](#).
- Promoção de cursos que visam capacitar e difundir as boas práticas de acessibilidade digital.
  - Os cursos realizados pela SMPED são fundamentais para o treinamento dos agentes públicos, fazendo com que estes tenham a instrução necessária para a produção de documentos acessíveis.

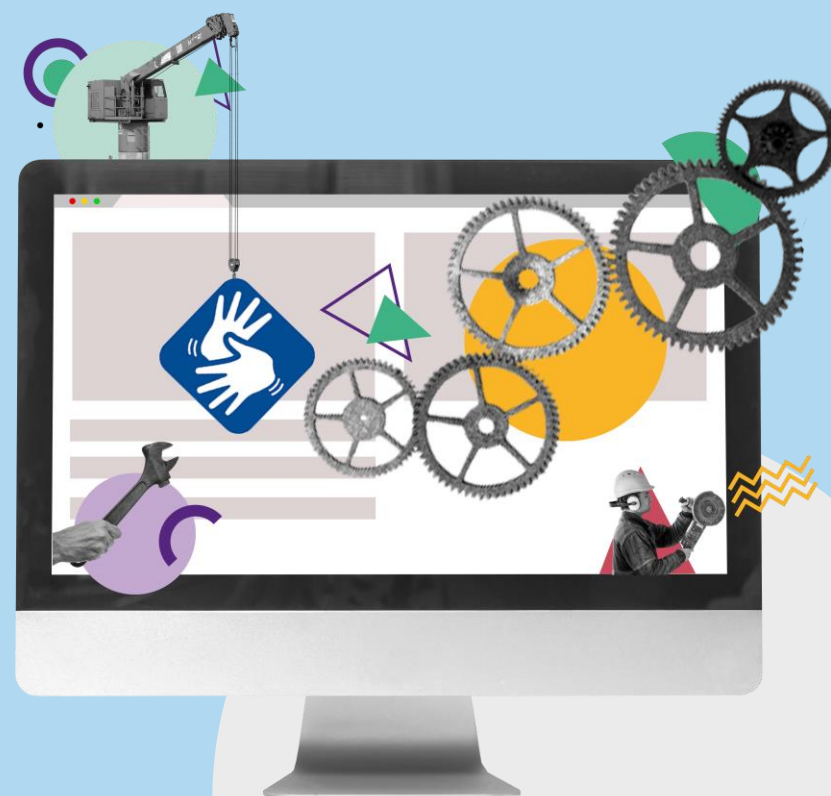


# Desafios

São identificados três principais desafios para Acessibilidade Digital: manutenção de acessibilidade de sítios virtuais, alinhamento entre desenvolvedores e produtores de conteúdos digitais, e as barreiras atitudinais.

A manutenção da acessibilidade de sítios virtuais é um desafio por causa da mutabilidade do conteúdo digital. O ambiente virtual que recebe o Selo de Acessibilidade Digital tem a garantia do selo por dois anos. No entanto, durante esse período de garantia, o espaço virtual pode ter sua programação, design ou conteúdo alterados de tal modo que cause a queda da qualidade do nível de acessibilidade do ambiente virtual, havendo a necessidade de fazer um acompanhamento periódico das páginas. Outro desafio com relação ao Selo é ampliar sua divulgação e seu uso nas plataformas e documentos públicos, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Outro grande desafio são as barreiras atitudinais para implementação satisfatória das medidas de acessibilidade digital. Uma das principais barreiras atitudinais que tem consequências para a Acessibilidade Digital é a falta de alinhamento entre desenvolvedores e produtores de conteúdo para a administração de ambientes virtuais acessíveis. Além disso, destaca-se a falta de compreensão e divulgação de princípios de acessibilidade na formação dos profissionais na área de tecnologia e comunicação.



# Conclusão

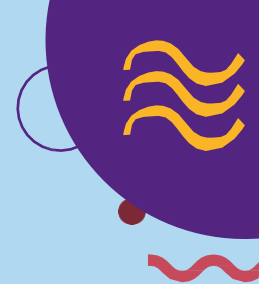
O **Selo de Acessibilidade Digital** e o **Curso de Acessibilidade Digital e Comunicacional** são os principais mecanismos de promoção de acessibilidade digital na Prefeitura de São Paulo. No entanto, a cultura de acessibilidade também depende da **iniciativa e engajamento dos agentes públicos municipais**, que podem contribuir através da adoção de **boas práticas de acessibilidade** nas diversas mídias digitais da prefeitura.

Se ainda tem dúvidas em relação à acessibilidade digital, entre em contato com a equipe de Governo Aberto, pelo e-mail [governoaberto@prefeitura.sp.gov.br](mailto:governoaberto@prefeitura.sp.gov.br), ou com a equipe da Comissão Permanente de Acessibilidade, pelo e-mail [acessibilidadedigital@prefeitura.sp.gov.br](mailto:acessibilidadedigital@prefeitura.sp.gov.br).

## Para saber mais:

- **Cartilhas de Acessibilidade na Web**, disponível em 5 fascículos no site da [W3C Brasil](#);
- **Boas práticas de acessibilidade digital**, disponível no site da [Web para Todos](#);
- **Orientação Técnica 008 - Acessibilidade Digital na Administração Municipal**, disponível no site da [Prefeitura de São Paulo](#);
- **eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**, disponível no site do [Governo Federal](#).





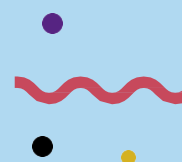
## Anexo: Conceitos Relacionados à Acessibilidade Digital

A fim de possibilitar um melhor entendimento sobre como a acessibilidade digital no setor público é efetivada, e quais são os termos e conceitos que acompanham tais práticas, um glossário de vocábulos sobre acessibilidade está disponível a seguir. As definições foram retiradas a partir da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 de 2015):

**Acessibilidade:** possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade, percepção ou cognição reduzida;

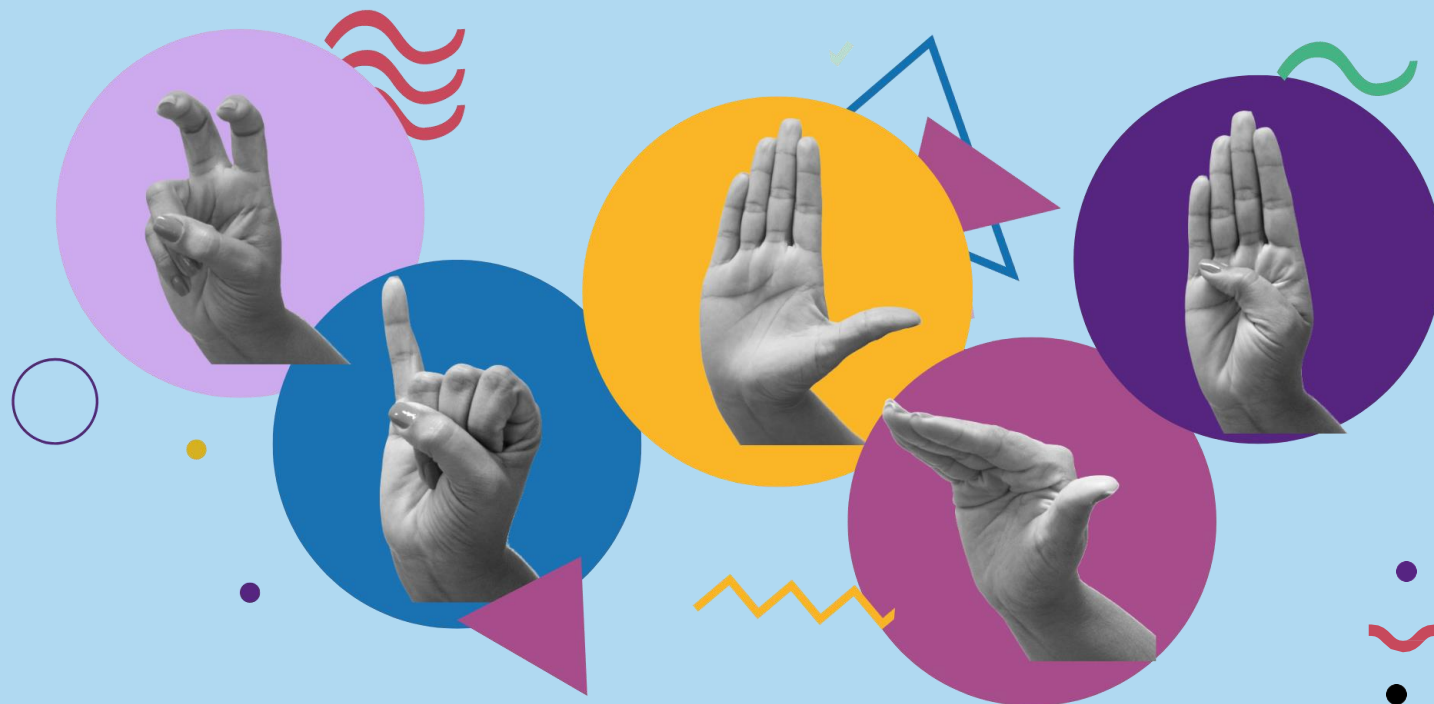
**Adaptações Razoáveis:** adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

**Barreira:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Exemplos na próxima página:



- **Barreiras Atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- **Barreiras nas Comunicações e na Informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- **Barreiras Tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias, devido à incompatibilidade de dada tecnologia às necessidades do usuário, sejam estas perceptivas ou operacionais;
- **Barreiras Urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

**Desenho Universal:** concepção de produtos, ambientes, programas e serviços aptos a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, seja pela compatibilidade com recursos de tecnologia assistida ou não.



# Ficha Técnica

## **PREFEITO**

Ricardo Nunes

## **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL**

Fabício Cobra Arbex

## **CHEFE DE GABINETE DA CASA CIVIL**

Denise Soares Ramos

## **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA EXECUTIVA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Enrico Misasi

## **COORDENADORIA DE GOVERNO ABERTO**

### **Coordenadora**

Patrícia Marques dos Santos

### **Equipe Técnica**

Bianca Talarico Botta

Bruno Venâncio de Abreu Costa

Daniela Matos Nascimento

Derek Ferreira Melo

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh

Maria Luiza Vilella

### **Estagiários**

Airam Magalhães Muniz

Bruno Gomes Ponciano

Giovanna Ribeiro Castelo Branco

## **Residentes**

Luan Santos de Araujo

Matheus Henrique Furtado

Pedro Henrique Junqueira Martins

## **Parceria 2º Edição:**

## **SECRETÁRIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SMPED)**

Silvia Grecco

## **SECRETÁRIA-ADJUNTA**

Dika Vidal

## **CHEFE DE GABINETE**

Flávio Fenólio

## **Consultor em Acessibilidade Digital e Consultor em Comunicação Inclusiva**

Sidney Tobias de Souza

## **Assessora de Comunicação**

Priscila Rego Fonseca

## **Diretor da Divisão de Acessibilidade Digital**

Yannick Thomas Messias

